SILVA, E. R. Reflexões sobre a utilidade do ensino da gramática teórica para o domínio da norma-padrão. *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, ISSN 1806-275X, 2006.

REFLEXÕES SOBRE A UTILIDADE DO ENSINO DA GRAMÁTICA TEÓRICA PARA O DOMÍNIO DA NORMA-PADRÃO

Elizabeth Ramos da SILVA (Universidade de Taubaté)

ABSTRACT: This text presents an interdisciplinary exploration about the grammar teaching importance in order to dominate the standard language. Vygotsky's and Lipman's concepts, as well as the contemporary linguists, confirm that the systematic teaching of grammar, if used on a significative way, could be very important to the child's cognitive development.

KEYWORDS: grammar teaching; critical thinking, child's cognitive development.

0. Introdução

Este texto apresenta breves reflexões sobre a utilidade do ensino da gramática teórica para o domínio da norma-padrão. Diante da discussão atual sobre a necessidade, ou não, do ensino de gramática na escola, pareceu-nos útil expor alguns pressupostos teóricos que atestam que o ensino sistemático da gramática, quando ministrado de forma significativa, pode ser útil não só à competência lingüística, mas também ao desenvolvimento cognitivo do aluno. Para tanto, foi necessário recorrer a uma abordagem interdisciplinar, a fim de buscar subsídios na Filosofia, na Psicologia e na Lingüística.

Tal abordagem se justifica porque acreditamos que a aprendizagem da gramática corrobora o desenvolvimento do senso crítico (um dos principais objetivos da educação), permitindo ainda a tomada de consciência dos aspectos gramaticais aprendidos de forma espontânea. Assim, buscamos inicialmente definir no que consiste o "senso crítico" e como este se manifesta, já que se trata de um conceito freqüentemente citado por educadores, mas pouco compreendido em suas características e manifestações. Para esclarecê-lo, valemo-nos da obra de Lipman (1995), filósofo atual que atua para o exercício do "pensar na educação". Além disso, as considerações de Vygotsky (1987) sobre o desenvolvimento dos conceitos científicos e o papel da escola nesse processo, incluindo aqui esclarecimentos sobre a utilidade da gramática para o desenvolvimento

cognitivo da criança, igualmente esclarecem os aspectos positivos de tal aprendizagem. Por fim, abordamos as declarações de Neves (2002, 2003a, 2003b), Travaglia (2003), Fonseca (2000), Bagno e Rangel (2005), entre outros, a fim de colher as mais recentes opiniões sobre o assunto.

1. As características do pensamento crítico

Os termos “senso crítico” e “pensamento crítico” constituem sinônimos para identificar um tipo peculiar de pensamento: o pensamento que recorre a critérios para efetuar julgamentos. Sabemos que “julgar” significa, em termos amplos, formar opiniões sobre os diversos aspectos da realidade. Lipman (1995:172) define o pensar crítico como “o pensamento que facilita o julgamento pois se fundamenta em critérios, é autocorretivo e sensível ao contexto”. Estas são, portanto, as três características essenciais do pensar crítico: utilização de critérios, autocorreção e sensibilidade ao contexto.

A definição que Lipman (1995) confere ao pensamento crítico fundamenta-se na sua funcionalidade, pois a conseqüência do pensar crítico é a capacidade de tecer julgamentos baseados em *critérios adequados, pertinentes*. Isso significa que os critérios exercem um papel fundamental, uma vez que o pensar crítico não só recorre a critérios, como é aquele que se deixa avaliar mediante a utilização de critérios. Estes últimos devem apresentar pertinência, confiabilidade e adequação, já que são eles que orientam as análises.

Outra característica do pensar crítico é a autocorreção, a qual consiste em investigar a coerência das razões apresentadas, identificar os pressupostos, buscar uma fundamentação e ouvir outros pontos de vista, avaliando os argumentos que os fundamentam. Tais procedimentos podem levar à mudança do ponto de vista, caso as razões apresentadas não tenham sido adequadas, ou caso as razões que sustentam um outro ponto de vista sejam mais plausíveis.

Por fim, a sensibilidade ao contexto implica a capacidade de perceber as nuanças de cada situação, os aspectos singulares que a caracterizam, a fim de escolher os critérios adequados que orientarão os julgamentos.

O esclarecimento sobre as características do pensamento crítico evidencia por que acreditamos que o ensino da gramatical teórica é útil. A seguir, exporemos as implicações entre a teoria de Lpman (1995) e o ensino de gramática.

2. O exercício do pensar no ensino de gramática

Mesmo os que se mostram reticentes quanto ao ensino da gramática, tais como Travaglia (2003:98), por acreditarem que a teoria gramatical não desenvolve habilidades de compreensão e produção de textos, concordam que se trata de uma aprendizagem útil se o objetivo for "Desenvolver o raciocínio, a capacidade de pensar, ensinar a fazer ciência".

Sabemos que a gramática normativa é aquela que se consagra especificamente às regras da norma-padrão. Desobedecer a tais regras não implica erro, como alguns ainda consideram, apenas indica que o texto não está em conformidade com a língua "culta". No entanto, conhecer as características desse dialeto de prestígio é essencial para poder utilizá-lo quando a situação assim o exigir.

A gramática oferece regras, e estas são *critérios* que possibilitam julgamentos de adequação da linguagem à norma-padrão. Utilizar as regras como critérios de análise é, a nosso ver, a grande finalidade do ensino da gramática. Isso implica levar o aluno a perceber as ocorrências de certas construções, as relações entre os termos, as diferenças entre uso e norma-padrão, a fim de poder "deliberar" sobre os aspectos formais mais convenientes a determinado momento.

Em síntese, o conhecimento das regras permite ao aluno recorrer a *critérios confiáveis* quando efetuar julgamentos de sintaxe, de estilo e de adequação da linguagem (Silva, 2005). O conhecimento espontâneo, intuitivo, não é suficiente para garantir segurança quando a exigência é a produção de um texto formal escrito. Talvez por isso, há várias décadas, Mattoso Câmara (1970:15) já havia sinalizado a importância do ensino de gramática na escola, observando que a disciplina "faz parte do que podemos chamar a lingüística aplicada a um fim de comportamento social [...] A língua tem que ser ensinada na escola ...".

Além desses fatores, é ainda o ensino de gramática que permite ao falante a tomada de consciência das regras que ele já conhece espontaneamente. Para esclarecer o que isso significa, é preciso aludir a Vygotsky (1987) quanto à formação dos conceitos científicos.

3. O ensino de gramática à luz da teoria de Vygotsky

Vygotsky (1987) afirmava que o papel da escola é muito importante para o ser humano, pois ela propicia o desenvolvimento dos conceitos científicos. Para entendermos tal afirmação, é preciso considerar os postulados de Vygotsky sobre a inter-relação entre o

desenvolvimento dos conceitos espontâneos e o desenvolvimento dos conceitos científicos.

Para o autor, os conceitos científicos diferenciam-se dos conceitos espontâneos em vários aspectos. Estes últimos são desenvolvidos de forma espontânea, assistemática, de acordo com as experiências cotidianas e as interações sociais da criança. Os conceitos científicos, ao contrário, não dependem diretamente da experiência e se organizam em sistemas consistentes de inter-relações. Justamente por formarem sistemas e por envolverem uma atitude *mediada* desde o início de sua construção, "os conceitos científicos implicam uma atitude metacognitiva, isto é, de *consciência e controle deliberado por parte do indivíduo*, que domina o seu conteúdo no nível de sua definição e de sua relação com outros conceitos" (Oliveira, 1992:32, grifo nosso). Em outros termos, o aprendizado escolar proporciona o desenvolvimento dos conceitos científicos, e estes apresentam um sistema hierárquico de inter-relações, constituindo, segundo Vygotsky (1987), o meio pelo qual o domínio e a consciência se desenvolvem.

Para se desenvolver, o conceito científico pode necessitar de conteúdo, caso não apresente correlação com a experiência da criança. Assim, é preciso relacioná-lo a conceitos espontâneos correlatos para torná-lo compreensível. Ambos os processos (o desenvolvimento dos conceitos espontâneos e o desenvolvimento dos conceitos científicos) se inter-relacionam, formando um único processo.

Para exemplificar essa inter-relação, Vygotsky (1987) alude à influência que o aprendizado de uma língua estrangeira exerce sobre o conhecimento da língua materna. O processo de aprendizagem da língua estrangeira é desde o início consciente e deliberado. Na língua estrangeira, os aspectos mais complexos, que demandam uma certa consciência das formas gramaticais, desenvolvem-se antes da fala espontânea; mas o êxito no aprendizado da língua estrangeira dependerá da maturidade do aluno em sua própria língua. Em contrapartida, o aprendizado de uma nova língua facilitará o aprendizado dos aspectos gramaticais de sua língua materna.

Da mesma forma, a aprendizagem da gramática permite a *tomada de consciência* dos aspectos formais da língua aprendida de forma espontânea, bem como a compreensão de que a língua constitui um sistema. Por isso, aprender gramática é, segundo Vygotsky (1987:86), muito útil para o desenvolvimento mental da criança:

> Já se chegou mesmo a dizer que o ensino de gramática na escola poderia ser abolido. Podemos replicar que a nossa análise mostrou claramente que *o estudo de gramática é de grande importância para o desenvolvimento mental da criança*. [...] Ela pode não adquirir novas formas gramaticais ou sintáticas na escola, mas, graças ao aprendizado da gramática e da escrita, *realmente torna-se consciente do que está fazendo e aprende a usar as habilidades conscientemente*. [...] A gramática e a escrita ajudam a criança a passar para um nível mais elevado do desenvolvimento da fala. (grifo nosso)

Essas breves explicações corroboram a utilidade do ensino da gramática. Para Vygotsky (1989), a criança aprende a língua materna e, conseqüentemente, sua gramática muito antes de ingressar na escola. Esse aprendizado é, no entanto, inconsciente, isto é, as construções sintáticas, entre outros aspectos, são realizadas de forma espontânea, sem deliberação alguma. Com o aprendizado da gramática, entretanto, aos poucos ela "aprenderá a usar suas habilidades conscientemente" (Vygotsky, 1989:87), e, como vimos, adquirir consciência das próprias habilidades *é o fator que permite dominá-la*s, ou seja, o aluno poderá decidir *conscientemente* as construções sintáticas a serem utilizadas.

O emprego da norma-padrão exige a obediência a certas regras e isso pressupõe *atenção voluntária* e *escolhas conscientes.* Assim considerando, cremos que ensinar a norma-padrão implica oferecer critérios confiáveis de análise para favorecer atividades conscientes no manejo das regras que a constituem. De fato, adquirir a competência lingüística demanda essa atividade deliberada da mente, isto é, a consciência das escolhas lingüísticas efetuadas.

4. A opinião de estudiosos sobre o assunto

Atualmente, já existe consenso por parte de lingüistas e pesquisadores de que é útil oferecer um estudo sistemático sobre a língua "que leve o aluno-falante a se conscientizar das regularidades presentes em sua atividade lingüística e do proveito que pode lhe advir do conhecimento dessas regularidades..." (Bagno; Rangel, 2005:74). Nesse sentido, também Neves (2002, 2003a) acredita que é importante conhecer as regras da norma-padrão, já que se trata de uma exigência social saber empregar, quando necessário, o dialeto de prestígio.

Silva (2004) e Travaglia (2003) consideram que o ensino sistemático da gramática é útil quando se torna uma *atividade racional*, desde que esteja adequado à faixa etária. É nesse sentido que Silva cita as palavras de Oscar Lopes, quando este afirma: *".a consciência gramatical*

de uma língua é um momento necessário à própria prática dessa língua e a todos os níveis de seu uso...” (Lopes, 1977, Apud Silva, 2004: 91, grifo da autora)

Fonseca (2000:17) também acredita que “É preciso encontrar estratégias para uma articulação frutuosa da gramática frástica com a gramática do texto e com o funcionamento discursivo.” Para esta autora, o estudo da gramática da frase “é indispensável, em vários sentidos, para a compreensão da organização formal do texto”.

No entanto, é preciso ressaltar que os aspectos normativos da gramática não devem se sobrepor aos usos e à interpretação e compreensão de textos. Estabelecer confrontos entre regras e usos e revelar e os aspectos funcionais da língua são quesitos imprescindíveis para o êxito do trabalho docente. Nesse sentido, Neves esclarece, no prefácio de uma de suas obras:

> *Não se nega, absolutamente, o valor da norma-padrão e a necessidade de sua divulgação*. Pelo contrário, essa divulgação este livro também faz, e explicitamente, pois acredita-se que é exatamente *o conhecimento das regras, confrontadas com a situação real de uso, que permitirá que o usuário faça suas escolhas para melhor desempenho lingüístico*, o qual, se tem de ser eficiente, então tem também de ser socialmente adequado. O que ocorre é que uma proposição de “certo” e de “errado”, decidida por palavra de autoridade e perpetuada por inércia, alijada de uma reflexão que tenha base na própria linguagem, não pode ser aceita como determinadora das decisões de uso.(Neves, 2003b:14, grifo da autora)

O exposto acima ratifica que defender o ensino da norma-padrão não significa insistir na dicotomia certo/errado, como entendem alguns. Essa concepção fez com que fossem alijados os conteúdos gramaticais das aulas de língua materna, pois o ensino das regras passou a ser considerado como uma imposição geradora de preconceitos e sem real utilidade. Na verdade, para vencer o preconceito lingüístico, criou-se um outro preconceito referente ao ensino das regras pertinentes à norma-padrão. Assim, muitos professores tornam-se inseguros porque acreditam que ensinar aspectos formais da língua utilizando a gramática teórica incorre em retrocesso e perpetua a discriminação lingüística. Como vemos, isso não é verdade. É preciso, sim, ensinar a gramática voltada à reflexão sobre norma e uso, e isso implica esforços para criar estratégias de ensino condizentes com uma abordagem que abrigue os vários matizes que compõem a competência lingüística. Tal como Neves (2003b),

acreditamos que a atitude meramente prescritiva é tão desastrosa quanto o espontaneísmo que não oferece critérios para a reflexão:

> Rejeita-se, nesta obra, a prescrição cega, que é estrita e insustentável, mas rejeita-se, também, o vale-tudo que considera simplistamente que a norma-padrão é invenção das classes dominantes, e, em nome da mesma lingüística que explicitou os conceitos de variação e mudança, ignora o alcance desses conceitos. (Neves, 2003b:15)

Cremos que adquirir consciência sobre a língua a fim de saber manejá-la de forma adequada, segundo as exigências da situação, é um fator imprescindível para a competência lingüística. Parece que, nesse aspecto, não há quem negue a relevância de tal aprendizagem. A discussão recai, portanto, em “como” ensinar a gramática, a fim de que ela não se torne um conhecimento estéril ao aluno.

Assim considerando, é preciso reavaliar, sem preconceitos, o ensino da norma-padrão, concedendo o devido lugar ao estudo dos aspectos formais, sem priorizar classificações, mas o entendimento de que a língua constitui um sistema passível de adaptar-se às exigências impostas pelas diversas situações sociais.

5. Conclusão

Iniciamos estas considerações expondo as principais características do senso crítico, tendo por objetivo evidenciar que o ensino de gramática, por oferecer critérios para a adequação da linguagem, estimula o exercício do pensamento crítico. Por sua vez, Vygotsky (1987) afirma que a gramática contribui para o desenvolvimento cognitivo do aluno porque favorece a tomada de consciência dos aspectos formais da língua, a qual passa a ser entendida como um sistema de inter-relações. É essa consciência que permite o domínio e o manejo da linguagem. Nesse sentido, o papel da escola seria o de tornar conscientes as regras que o aluno domina apenas de forma espontânea.

Vimos ainda que lingüistas atuais concebem o ensino de gramática como um componente útil nas aulas de língua portuguesa, seja para fomentar a reflexão, seja para proporcionar ao aluno o domínio da norma-padrão. Cremos que o descrédito sofrido pela gramática em anos anteriores tem cedido lugar à compreensão de que não se trata de “impor” prescrições normativas, mas de favorecer a compreensão dos aspectos formais da língua, para que o aluno seja consciente dos usos e da norma, sabendo escolher a linguagem mais adequada à situação. Assim,

acreditamos que a tarefa que nos cabe neste momento é, como afirmam Bagno e Rangel (2005), promover a "reinstauração do sentido":

> De fato, se o saber fizer sentido para o aluno, se o sistema apresentado for organizado de maneira coerente e não se reduzir a uma classificação ou a uma etiquetagem descoladas do uso e da significação, se não se restringir à palavra e à frase, a gramática aparecerá mais conectada com a língua, tal como a exploram os diferentes usuários, e não será mais vista como um discurso abstrato, inapropriável porque inadequado. (BAGNO; RANGEL, 2005: 75)

Em síntese, o que é preciso mudar é a "atitude" em relação ao ensino da língua. O fato de o professor suprimir conteúdos gramaticais não significa que ele passe a respeitar o dialeto do aluno. Em contrapartida, ensinar a norma-padrão não implica necessariamente a valorização dos aspectos prescritivos da gramática. A forma como o professor apresenta os conteúdos, bem como sua atitude em relação aos usos da língua são os fatores que farão o ensino de gramática significativo, ou não. Tudo dependerá do objetivo subjacente à prática docente. Se queremos que nosso aluno saiba transitar livre e conscientemente pelos usos e normas da língua portuguesa, temos que ensiná-lo a ser crítico, isto é, a usar critérios para julgar as formas lingüísticas adequadas à situação do momento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, Marcos; RANGEL, Egon de Oliveira. Tarefas da educação lingüística no Brasil. *Revista Brasileira de Lingüística Aplicada*. V.5; n.1, p. 63-81, 2005.

CÂMARA JÚNIOR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 17ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FONSECA, Fernanda Irene. Da lingüística ao ensino do Português. In: BASTOS, Neusa Barbosa. *Língua Portuguesa*: teoria e método. São Paulo: IP – PUC-SP/ EDUC, 2000. p.11-28.

LIPMAN, Mattew. *O pensar na educação*.Petrópolis: Vozes, 1995.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática*: história, teoria, análise e ensino. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

______. *Que gramática estudar na escola*? Norma e uso na Língua Portuguesa. São Paulo: Contexto, 2003a.

SILVA, E. R. Reflexões sobre a utilidade do ensino da gramática teórica para o domínio da norma-padrão. *Revista Intercâmbio*, volume XV. São Paulo: LAEL/PUC-SP, ISSN 1806-275X, 2006.

_____. *Guia de uso do Português*: confrontando regras e usos. São Paulo: Editora UNESP, 2003b.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Vygotsky e o processo de formação de conceitos. In: LA TAILLE, Yves et al. *Piaget, Vygotsky e Wallon*: teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992. p. 23-34.

SILVA, Elisabeth Ramos. A utilidade da teoria gramatical na produção de textos formais escritos. *Estudos Lingüísticos XXXIV*. São Paulo. Jul. 2005. Disponível em: <http://www.gel.org.br/4publica-estudos-2005htm>. Acesso em 15jul. 2005.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. *O português são dois*: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Gramática ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.